



**MINAS  
GERAIS**

**GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.**

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO  
DO CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, em Belo Horizonte/MG, nas dependências da Rede Minas e Rádio Inconfidência, sala de reunião do 1º andar, localizada na Rua Tenente Brito Melo, nº1090 - Barro Preto, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes conforme assinaturas constantes na lista de presença, realizou-se a presente reunião. Solanda Steckelberg, Secretária Adjunta de Estado de Cultura abre a reunião do Conselho, pede desculpa pela ausência do Secretário Marcelo Matte, diz estar à disposição, faz as apresentações dos técnicos da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – SECULT presentes na reunião: Ana Tereza Fernandes, Felipe Amado e Patrícia Tavares. Deseja boas vindas, e que tenham uma tarde muito promissora de trabalho. Abre-se assim, a 27ª Reunião Ordinária do CONSEC-MG, na REDE MINAS, às 9h, validando a Ata da 7ª Reunião Extraordinária, que foi enviada previamente por e-mail para a apreciação de todos. Confirma recebimento da mesma e diz que não houve ponderações sobre conteúdo do documento. Apresenta a pauta da reunião. Orienta a quem quiser manifestar utilizar o microfone para gravação da reunião. Guilardo Veloso questiona ata da 7ª reunião extraordinária, sobre a eleição do Vice-presidente, lembrando que o poder público não pode ser candidato, só membros da sociedade civil, mas discorda que o Regimento Interno permita que os membros do poder público votem. O Regimento diz que o Vice-presidente será eleito pelos membros do CONSEC, da Sociedade Civil, na primeira reunião ordinária de cada ano, por meio de votação secret. No dia da votação, Felipe Amado, que conduzia a reunião, deu como entendimento de que o poder público também votaria. Guilardo Veloso entende que a condução foi equivocada no ponto de vista jurídico e político. Questiona a transparência para saber até onde vai o papel de cada um. Solanda Steckelberg apresenta as dificuldades, fala do momento de espera da Reforma Administrativa, a não autorização das nomeações de membros do Governo e dos Conselhos, e se essa é a orientação regimental diz que Guilardo Veloso está correto, e abre a possibilidade de discussão. Magdalena Rodrigues manifesta, diz que já havendo dúvida ela se retira da mesa e espera quanto a decisão da cadeira de Vice-presidente. Solanda Steckelberg sugere que se considere votado e não se deve fazer essa reunião sem um representante da sociedade civil na mesa. Entende-se que Magdalena Rodrigues continue a mesa até uma próxima eleição. Pede sugestão. Eduardo Silveira da Secretaria de Estado de Fazenda - SEF se manifesta, disse que o que foi dito pelo Guilardo Veloso de Andrade Filho já havia sido objeto de discussão ampla no mandato passado, que os membros do poder público também são conselheiros, diz que não vê nenhuma ilegalidade, manifesta seu desejo em continuar votando para o vice-presidente do CONSEC. Xisto Costa manifesta, diz que é uma questão da norma, que no Regimento está escrito, ressalta que são todos, sociedade civil e membros do Governo, dentro do Conselho, juntos pela cultura, isso é questão regimental. Diz que a comunicação oficial é pelo e-mail, que essas colocações de aprovações da pauta sejam feitas por e-mail, porque não receberam a pauta pelo WhatsApp. Felipe Amado diz que para votação consultou alguns conselheiros que já faziam parte do Conselho em gestões anteriores, antes de colocar em votação e perguntou sobre isso, qual era a interpretação que havia sido dada anteriormente, e aí o que concluiu que estaria dentro do inciso o eleito,

e não os votantes, mas não tem nenhum problema rediscutir o art. 20 do Regimento Interno vigente (instituído pelo Decreto nº 46.406/2013). Felipe Amado diz que a posição da Secretaria de Cultura – SEC é de que a decisão fique a cargo do Conselho. Sugere a revisão do Regimento Interno. Guilherme Veloso diz que se tem a garantia de que o Vice-Presidente é da Sociedade civil, não vê insegurança jurídica, a votação do governo tem que ser vista como Conselheiros, como todos são. Sugere pedir um parecer jurídico. Ênio Andrade, lamenta que não foi disponibilizado no site a discussão do decreto, na gestão passada, a última reunião, em dezembro, pois todos esses pontos foram discutidos. Foi repassado cada artigo, esse regimento já deveria estar atualizado. Magdalena Rodrigues sugere extrair uma comissão para resolver pendências. Ana Tereza Fernandes reforça o compromisso de que a minuta que foi encaminhada por esse conselho será publicada, será dado encaminhamento. Pretende-se estabelecer um novo Regimento nos termos em que os conselheiros estabelecerem, dar o encaminhamento dentro do Governo por se tratar de um Decreto. Isso é um compromisso do Gabinete da SEC. Allason Gonçalves diz que a questão do Regimento é a primeira coisa que deverá ser discutida. Eduardo Silveira explica que a SEC tem um setor jurídico que poderia se for o caso, de pegar o dispositivo em discussão e solicitar um parecer. E na próxima reunião do CONSEC, alteraria ou não conforme interesse do Colegiado. Solanda Steckelberg e Felipe Amado destacam que estão numa discussão de aprovação da ata, sugere e questiona ao mesmo tempo a possibilidade de aprovar com ressalva. Pede opinião. Sula Mavrudis sugere que se estude o Regimento Interno fora das reuniões do CONSEC. Sugere seguir o Regimento vigente e quando tiver que mudar, seguir o outro. Felipe Amado acrescenta que consultou todos os membros. Eduardo Silveira sugere um parecer jurídico, caso a interpretação seja de que o poder público não tenha que votar, nova eleição será feita. Felipe Amado pergunta se vai aprovar a ata. Fala de 3 minutos para os conselheiros que se manifestarem. Solanda Steckelberg coloca a ata para votação sem prejuízos de destaques, e os pontos da mesma serão discutidos e decididos em ato contínuo conforme art. 31 do regimento. Sérgio Barreto entende pela aprovação desta ata e que todas as questões que surgiram referentes à mesma vão constar na ata da 27ª reunião ordinária. São duas atas distintas, sendo, o que foi discutido e aprovado na reunião passada, e o que será discutido na próxima reunião constará em ata e haverá outra discussão para saber se aprova ou não a ata da 7ª Reunião Extraordinária. Essa é a posição do grupo formado pelos conselheiros para aprovação da 7ª Reunião Extraordinária referente à discussão. Votação conduzida por Solanda Steckelberg, manifestação de quem aprova a ata da reunião passada, quem tem opinião contrária, e abstenção. Felipe Amado faz a contagem de votos, de um total de 16 (dezesesseis) votantes, sendo: 10 (dez) membros aprovam a ata, nenhum contrário, e 6 (seis) abstiveram. Seguindo a pauta, sobre o Regimento Interno, Felipe Amado especifica, dizendo que na última reunião de 2018 foi aprovado o texto do Regimento Interno, temos a versão desse Regimento Interno aprovada pela última gestão do Conselho, só que como nada foi feito, no sentido de dar andamento a publicação desse Decreto que vai revogar o Decreto nº 46.406/2013. A pauta sobre isso é: essa gestão do CONSEC quer rediscutir o conteúdo do Regimento de tal forma que a SEC irá submeter a minuta. Um grupo de trabalho será responsável pela revisão do texto para que na próxima reunião esteja na pauta de discussão, aprovação da nova minuta com as alterações que forem propostas por esse grupo de trabalho e submeta aos trâmites legais para publicação do Decreto, ou dê andamento a aprovação da última, que aconteceu na reunião de 2018 do CONSEC, que já foi aprovada. Estavam presentes na reunião: Eduardo Silveira, Moacir Filho, Ênio Andrade, Paula Carvalho, Sula Mavrudis e Xisto Costa. Giovana expressa sua opinião, dizendo que devem seguir adiante. Reforça que o Regimento Interno foi amplamente discutido, sugere que validem, e pede uma capacitação. Guilardo Veloso e Xisto Costa defendem um subgrupo no WhatsApp, para discussões do Regimento. Ênio Andrade diz ser um dos Conselheiros que estava na reunião de 2018, reforça que existem pontos positivos e negativos, lamentou não ter sido publicado a questão da Sociedade Civil que foi discutida, mas acha que o novo Conselho veria melhoras a se fazer no Regimento, coloca-se a favor da criação do subgrupo, mas acha que o grupo tem que entender que já houve uma discussão, e que não precisa trazer o regimento completo para ser discutido ponto a ponto, como já foi feito em outras gestões. Felipe Amado pergunta se tem mais colocações sobre o assunto de Regimento Interno, sobre a proposição de estabelecer um grupo de trabalho e restabelecer a discussão. Considerando os titulares, ou suplentes com direito a voto, votação para quem é favorável a criação do grupo de trabalho e rediscussão do Regimento Interno: (10) dez membros a favor, e 5 (cinco) votos contrários e abstenções. Manifestação

daqueles que querem fazer parte do grupo de trabalho. Paula Carvalho sugeriu que tenha membros do poder público também. Participantes do Grupo de Trabalho: Allasson Gonçalves (Culturas Afro Brasileiras), Priscila Moraes (Literatura, Livro, Leitura e Bibliotecas), Giovanna Penido (Moda), Guilardo Andrade (Produção Cultural), Sérgio Barreto (Culturas Indígena), membros da Sociedade Civil. Paula Carvalho do Poder Público. Eduardo Silveira não integrará o grupo, pois participa desde o começo, mas não impede que ele dê um suporte. Solanda Steckelberg agradece. Guilardo Andrade diz que seria importante trazer para plenário apenas os pontos que há discordância. Felipe Amado pergunta se alguém tem alguma objeção contra esses membros que vão fazer parte desse grupo de trabalho. Não houve manifesto contrário. Aprovado Grupo de trabalho. Patrícia Tavares vai fazer o encaminhamento da minuta para todos e nesse mesmo e-mail constará quem são os membros dos grupos. Estará na pauta da próxima reunião, em que será discutido o Regimento Interno. Solanda Steckelberg lê o segundo item: Atualização sobre licitação da Lei Estadual de Incentivo à Cultura - LEIC, Fundo Estadual de Cultura - FEC e Editais de Fomento. Felipe Amado diz que foi uma pauta sugerida por e-mail, sobre a LEIC, o fluxo está funcionando normalmente, a captação está em torno de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no valor total do incentivo tem-se, para 2019, R\$108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais) de incentivo fiscal total, sendo 65% disso para Lei Estadual, para os projetos, e 35% para o Fundo. Então, referente ao valor de R\$108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais) captou-se R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Sobre a LEIC o fluxo está funcionando normalmente, as inscrições estão acontecendo. Mensalmente acontece as avaliações das propostas, tem-se uma taxa de aprovação dos projetos inscritos em torno de 50%, então na última reunião foram 46 projetos analisados, desses, 22 foram aprovados, mais ou menos na faixa de 50% de aprovação, lembrando que a Comissão que analisa as propostas é paritária, membros do Conselho não tem nenhum impedimento de apresentar projetos na Lei Estadual de Incentivo à Cultura, pelo Fundo Estadual de Cultura ou fazer parte de equipe, não podem os membros que fazem parte da Comissão de Análise, que é a COPEFIC. As empresas de telecomunicação e transportes já retomaram seu investimento, elas têm impedimento ainda até 30 de setembro de 2019, por conta de uma definição do CONSEC, mas nessa semana tem uma reunião do CONFAZ, sobre a possibilidade de se resolver essa questão geral da Lei de Incentivo à Cultura. Sobre o Fundo espera lançar em 15 dias o Primeiro Edital do Fundo Estadual de Cultura, que o Secretário Marcelo já anunciou na audiência do "Assembleia Fiscaliza" que é o Edital de Gestão de Riscos de Museus. E a partir desse se iniciam os próximos editais. Conta com o CONSEC para levantamento de demandas do FEC. Tem-se algumas proposições, mas também quer ouvir, as demandas, como quais áreas priorizar. Retomamos o pagamento dos editais entre os dias 17 e 18 em maio. Ressalta-se que no mês de maio foram pagos R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) em projetos e, em junho foram pagos R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) em projetos. Estabeleceram-se os seguintes critérios de priorização de pagamentos: calendário de execução das propostas, projetos de culturas populares, projetos de Pontos de Cultura e os demais projetos da sociedade civil, e por último os projetos do poder público. Magdalena afirma que é necessário utilizar a Rede Minas como forma de esclarecer isso, falando como proceder, como está funcionando. Solanda Steckelberg diz que outro desafio é a capacitação. Ela explica a Giovana Penido que a Reforma Administrativa foi sancionada nesta data, e a partir de hoje, passa a existir na SEC a Diretoria de Economia Criativa que terá atribuição de capacitação e formação de agentes culturais. Pretende-se ter um calendário de capacitação. Ênio no que trata-se do CONFAZ, diz que é uma situação preocupante até setembro, houve perda de capacitação no começo do ano, em razão das restrições que essas empresas tiveram. Ele pergunta para Solanda Steckelberg se foi mencionada a possibilidade de as estatais patrocinarem projetos e quer saber se existe uma política de editais, caso contrário, sugeriu que haja, para a seleção de projetos. Quer saber se há um aprofundamento dessa discussão. Em resposta, Solanda Steckelberg diz que não está falando em patrocínio, o Incentivo Fiscal, entendendo que Estatal é empresa e empresa tem economia, evidentemente que tem uma presença, um diálogo com o Governo, mas é empresa, e esse Governo entende que empresa tem autonomia, e mais do que isso, podem vir a ser privatizada, por isso preocupa-se em fortalecer o Fundo, independente do gênero da empresa, privada ou estatal, a problematização, em uma visão de futuro, é que todas se privatizem. Neste sentido, existe a preocupação de como teremos a garantia desse dispositivo, do resultado que é a participação de Estatais no Fundo. Fazem menção ao art. 21 da Lei de Incentivo: Para fomentar projetos considerados prioritários para a política cultural a SEC poderá expedir Editais de ações especiais com

recursos aportados ao FEC por Empresas Públicas do Estado conforme regulamento parágrafo único: os recursos aportados poderão ser provenientes de doação, incentivo fiscal ou convênio. Se uma empresa estatal pode utilizar do incentivo fiscal para abastecer o Fundo sem o problema do recurso da contrapartida, é só ter um melhor desenho, de investimento desses recursos que pagariam, no teto de R\$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões). Marcelo pergunta sobre a capacitação dos fazedores de cultura do interior. Mostra a realidade da falha dos fazedores de cultura em fazer projetos, não são capacitados e desconhecem a maioria das leis. Não sabem fazer projetos. É válida a capacitação por meio de EAD ou presencial. Parabeniza-os, e diz ao Felipe Amado sobre a visita aos empresários também, existe essa falha. Deixa alguns trajetos para visitas: Montes Claros, Unaí, Paracatu, precisa do apoio dos empresários para os Projetos Culturais. Se apresenta à disposição. Deixa esse pedido. Com a junção da Secretaria de Cultura e Turismo, Magdalena Rodrigues questiona se haverá possibilidade de entrega de projetos culturais que estimulem o turismo. Será possível apresentar projetos conjuntos? Já existe, por exemplo, teatro histórico e religioso no circuito da estrada real, fazendo isso se espalhar para Minas Gerais inteira. Solanda Steckelberg diz que cada vez mais se entende a melhor forma de trabalhar em conjunto, já tem feito uma integração de agenda muito propositiva, muito interessante, não só a cultura se fazendo existir na pauta do turismo, como o contrário. É um caminho a ser percorrido, acredita-se que as duas partes estejam ganhando. Solanda Steckelberg lê a pauta, e o item a ser tratado na sequência é o acompanhamento das metas do Plano Estadual de Cultura. Questiona se há alguma sugestão ou encaminhamento específico. Sugere um grupo de trabalho para acompanhar, e saber dentro da Secretaria o que está sendo feito para continuar implementando o Plano Estadual de Cultura. Solanda Steckelberg afirma que a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT, que substitui a SEC a partir da vigência da Reforma Administrativa, terá duas Subsecretarias de Cultura e Turismo; sendo: Subsecretaria de Cultura continuará com a Superintendência de Fomento e Incentivo à Cultura e Economia Criativa, que traz essa atribuição no ponto de vista formal para a pasta da cultura também; que a referida Superintendência contará com três diretorias: Diretoria de Economia Criativa, Diretoria de Fomento, e de Monitoramento e Prestações de Contas. Outra meta que está sendo encaminhada é a regularização do projeto Cultura Viva. Na lei do Plano Estadual de Cultura, no anexo II, consta a tabela de monitoramento com os prazos de cada meta, o curto prazo que são até dois anos, o médio até seis anos, e o longo até dez anos. Menciona também a Resolução nº207, que dispõe sobre a nomeação dos membros para compor a comissão de monitoramento, avaliação e revisão do Plano Estadual de Cultura. Felipe Amado esclarece como está sendo realizado o levantamento de todas as metas, para acompanhar como está a execução de cada uma delas. Neste sentido, pode-se definir uma forma de apresentar esses resultados, quais as saídas que o CONSEC espera desse acompanhamento, saber como o CONSEC quer receber esse Relatório, pode combinar de encaminhá-lo no decorrer da semana. Felipe Amado lê o art. 7º, § 2º da Lei referente ao Plano Estadual de Cultura, informando que a SEC elaborará relatório de avaliação do Plano, que será submetido à apreciação do CONSEC, e da Sociedade Civil mediante consulta pública, ou seja, tem que ser feito esse agendamento e tomadas essas providências. Solanda Steckelberg sugere passar para o próximo tópico, qual seja, convite para indicação das pessoas que serão Coordenadores das Câmaras temáticas, e completá-las. São elas: **Câmara Temática de Fomento e Mecanismo de Financiamento** e os conselheiros que a comporão são: pela Sociedade Civil: Xisto Costa, Luiz Augusto Pianetti, Aryanne Ribeiro, Flávio Silva, Guilardo Veloso, Jeferson Domingues; pelo Poder Público: Nayara Queiroz, Lucas Norberto, Claryssa Almeida, Técnico SECULT: Felipe Amado. **Câmara Temática de Formação, Democratização, Regionalização e Acesso**: pela Sociedade Civil, Sérgio Barreto, Guilherme Silva, Wenderson Santos, Marcelo Santos, Emanuel Silva, Guilardo Veloso; pelo Poder Público: à definir, e pela SEC: a definir. **Câmara Temática de Difusão e Intercâmbio**: pela Sociedade Civil: Flávio Matias, Giovanna Penido, Sérgio Barreto, Rodrigo Cesário, Magdalena Rodrigues, Sula Mavrudis, Charles Faria, Maria do Carmo; pelo Poder Público: Lucas Norberto, e um técnico da SEC a definir. **Câmara Temática de Patrimônio e Memória**: pela Sociedade Civil: Cacilda Ribeiro, Giovanna Penido, Maria do Carmo, Jefferson Domingues, Charles Faria, João Caixeta; pelo Poder Público: Eduardo Silveira, Euzelina Santos, Gleidson Pinto, Técnico SECULT a definir. Quem não estiver em nenhuma Câmara, Felipe Amado pede que se manifeste. Allason Gonçalves se voluntaria para compor a Câmara de Patrimônio. Priscila Moraes passa a compor as Câmaras de Democratização e Patrimônio. Ênio Bernardes se inclui na Câmara de Fomento. Marco Túlio compõe a Câmara de Fomento, assim como

Samuel Marques. Felipe Amado diz que não tem impedimento, pelo Regimento, de participar de duas Câmaras, mas tem que priorizar por causa das reuniões. Sula Mavrudis manifesta, lembrando que o grupo não é apenas no dia de reunião, já é um grupo que está trabalhando, por meio de WhatsApp, as propostas que ela colocou já estão lá. Se os dois grupos estiverem organizados, é possível participar de dois grupos, e ser efetivo nos dois. Solanda Steckelberg se manifesta dizendo que a temática de uma Câmara no mínimo tangência com outra. Allason Gonçalves questiona quem será o coordenador de cada Câmara. Solanda Steckelberg pede para definir os coordenadores: pela **Câmara Temática de Fomento e Mecanismo de Financiamento**, se candidataram Allason Gonçalves e Aryanne Ribeiro, tendo sido eleita Aryanne. Pela **Câmara Temática de Formação, Democratização, Regionalização e Acesso**, se candidataram Priscilla Moraes, Sérgio Barreto e Guilardo Veloso, tendo sido eleito Sérgio Barreto. Pela **Câmara Temática de Difusão e Intercâmbio**, foi candidata e eleita Giovanna Pennido. E pela **Câmara Temática de Patrimônio e Memória**, foram candidatos Guilardo Veloso e Allason Gonçalves, com Guilardo Veloso eleito. Próxima pauta, local da realização da reunião itinerante, tendo como sugestões Itabira e Turmalina, inclui-se Ipatinga. Aberta votação. Felipe Amado faz a leitura do Regimento Interno, Seção II, das Reuniões Itinerantes, art. 33 do Decreto 46.406 de 27/12/2013. As Reuniões Itinerantes do CONSEC serão públicas e de caráter consultivo realizadas no mínimo uma vez por ano, nas macrorregiões de planejamento do estado, § 1º as reuniões itinerantes serão previamente agendadas, aprovadas em plenário, ou convocadas pelo presidente, objetivando debater assuntos, relacionados à cultura na macrorregião, a critério do presidente poderão ser realizadas outras reuniões itinerantes, preferencialmente no interior conforme for definido em cada reunião, as câmaras temáticas poderão ser convocadas para participarem das reuniões itinerantes e o § 4º, em caso de não haver quórum definido pelo presidente, até 20 dias antes da reunião, essa pode ser cancelada ou remarcada. Solanda Steckelberg sugere uma votação, para que a 28ª Reunião seja realizada no interior: são 7 votos para que a 28ª Reunião seja realizada no interior e em Belo Horizonte são 10 votos. Ou seja, a 28ª será realizada em Belo Horizonte. E referente a 29ª Reunião, a ser realizada no interior, entre os municípios de Ipatinga ou Turmalina, fica decidido por voto que a 29ª Reunião Ordinária acontecerá em Ipatinga. E a próxima reunião itinerante acontecerá em Turmalina. Sobre as datas: a Reunião de Belo Horizonte será dia 06/09/2019; em Ipatinga dia 25/10/2019; e novamente em Belo Horizonte em 13/12/2019. Todos estão de acordo com o cronograma. Próxima pauta, apresentação dos projetos que tem valor de PPAG a receber da SEC sendo do seguimento do circo, o projeto cidade do circo. Felipe Amado esclarece que a emenda que é considerada como emenda impositiva é aquela que o deputado tem a cota e colocou o projeto de emenda à lei Orçamentária Anual. A das Bancadas e a das Comissões não são impositivas, é a o caso da emenda apresentada pela Sula, da Casa dos artistas, do Fama, do Festivale, não são impositivas, são de Comissão de Participação popular. Tem-se emenda de uma Legislatura que não está mais presente na Assembleia. A SEC, como Secretaria finalística, não tem nenhuma autonomia para gerenciar esses recursos, precisa desse acordo da secretaria responsável dentro do Governo junto com a Assembleia para definição disso. O orçamento de 2019 foi aprovado com um déficit de 11 bilhões, não tem lastro, tem que cortar em algum lugar, ele é fictício. Não tem uma conta que manda o dinheiro não, depende da arrecadação de impostos, se não tiver a arrecadação não tem o dinheiro. Eduardo explica que o recurso é um só, vem das arrecadações, o que acontece é que as Emendas Parlamentares precisam de liberação de recurso pelo poder executivo, o que não aconteceu. Então, não tem dinheiro, não houve a destinação, não se deposita, sai exatamente do tesouro mesmo. Solanda Steckelberg diz a Sula que a melhor forma hoje, é a Lei de Incentivo à Cultura, com projeto, ou Fundo. Xisto quer que seja colocada na próxima pauta, explicação, de como funciona o sistema legislativo (PEC, Emenda...), precisa ter uma aula esclarecedora para dizer o que rege, o que é um decreto, onde conseguir algo de concreto. Solanda Steckelberg sugere cartilha, “explicando o PPAG para o artista”. Sugerem capacitação do Plano de Cultura. Na fase de Abertura para as considerações finais, cada um tem direito a 3 minutos. Foi sugerido o preenchimento das cadeiras vacantes para ter-se o Conselho completo, Magdalena responde, dizendo que quando fica uma cadeira vazia depois das eleições, o secretário convida. Guilardo Veloso sugere organização das reuniões das Câmaras Setoriais. Felipe Amado sugere que as reuniões das câmaras sejam duas de manhã e duas à tarde, no mesmo lugar. Solanda Steckelberg novamente dá abertura para as considerações finais, ninguém se manifesta. A reunião foi finalizada, Solanda Steckelberg agradece a participação de todos.

**Observação: A reunião realizada no dia 25 de abril de 2019 tem a numeração de 7ª Reunião Extraordinária**

**Assinatura dos Presentes:**

**ENTIDADES GOVERNAMENTAIS**

1. \_\_\_\_\_

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SEC

2. \_\_\_\_\_

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEGOV

3. \_\_\_\_\_

SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SECCRI

4. \_\_\_\_\_

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

5. \_\_\_\_\_

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEF

6. \_\_\_\_\_

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE

7. \_\_\_\_\_

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE

8. \_\_\_\_\_

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ENSINO SUPERIOR - SEDECTES

9. \_\_\_\_\_  
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA - SEDPAC
  
10. \_\_\_\_\_  
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR
  
11. \_\_\_\_\_  
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE FÓRUMS REGIONAIS
  
12. \_\_\_\_\_  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL - SECIR
  
13. \_\_\_\_\_  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA
  
14. \_\_\_\_\_  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS - UEMG
  
15. \_\_\_\_\_  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CODEMGE
  
16. \_\_\_\_\_  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ALMG
  
17. \_\_\_\_\_  
UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS DE MINAS GERAIS



## **SOCIEDADE CIVIL**

1. \_\_\_\_\_  
ARTESANATO
  
2. \_\_\_\_\_  
ÁUDIO VISUAL E NOVAS MÍDIAS
  
3. \_\_\_\_\_  
CIRCO
  
4. \_\_\_\_\_  
CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS
  
5. \_\_\_\_\_  
CULTURAS POPULARES, TRADICIONAIS E FOLCLÓRICAS.
  
6. \_\_\_\_\_  
CULTURAS INDÍGENAS
  
7. \_\_\_\_\_  
DANÇA
  
8. \_\_\_\_\_  
DESIGN
  
9. \_\_\_\_\_  
ENTIDADES TRABALHADORAS E ENTIDADES EMPRESARIAIS

10. \_\_\_\_\_

GASTRONOMIA

11. \_\_\_\_\_

LITERATURA, LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA

12. \_\_\_\_\_

MODA

13. \_\_\_\_\_

MUSEUS E ARTES VISUAIS

14. \_\_\_\_\_

MÚSICA

15. \_\_\_\_\_

PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

16. \_\_\_\_\_

PRODUÇÃO CULTURAL

17. \_\_\_\_\_

TEATRO

18. \_\_\_\_\_

SECRETARIA EXECUTIVA